



Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais | 1

# Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais



O curso 'Introdução ao feminismo', promovido pelo [Coletivo de Mulheres do Sintrajud - Mara Helena dos Reis](#) neste sábado (24 de abril), trouxe para as participantes debates sobre as conquistas obtidas pelo conjunto da sociedade a partir da atuação organizada das mulheres ao longo da história, a partir da formalização dos direitos humanos. A palestrante, a juíza substituta do TRT-15 Patrícia Maeda, iniciou sua apresentação resgatando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, excluía as mulheres da condição de seres de direitos. E lembrou da condenação à guilhotina da francesa Olympe de Gouges, dois anos depois que ela redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791, onde questionava a desigualdade jurídica à qual ainda estava condenada a parcela feminina da população.



Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais | 2

Lembrando como também no Brasil a subjetividade jurídica durante o Império era restrita aos homens brancos de posses que subjogavam as populações indígena e negra, escravizadas, frisou como ao longo de séculos o Direito foi utilizado como instrumento de inferiorização também delas. “O fato de não ter [a expressão] ‘homens e mulheres’ em texto legais levou a interpretações em desfavor das mulheres”, ressaltou.

Patrícia Maeda falou ainda sobre a campanha contra a carestia durante a ditadura empresarial-militar na década de 1970, a importância do Movimento Negro Unificado e suas lideranças femininas — como a antropóloga Lélia Gonzalez, que integrou a primeira gestão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) — para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, e as conquistas do “lobby do batom” na Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

### **Direito patriarcal**

“Temos muitos exemplos do Direito agindo como uma forma de subjugar as mulheres”, disse Maeda, mencionando a previsão no Código Civil, até 1962, da exigência de autorização dos maridos para que as mulheres pudessem trabalhar e a legitimidade deles para rescindir contratos de trabalho delas; a consideração da virgindade como critério jurídico para anulação de casamentos até 2003; a vigência até 2009 da proteção à ‘mulher honesta’ no Código Penal e a tese da ‘legítima defesa da honra’ nos crimes de feminicídio, que “só foi extirpada este ano”.

A magistrada também explicou a relação da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira atual com a herança escravocrata e violenta da colonização, e falou sobre as dificuldades para assegurar ainda nos dias de hoje a plena igualdade jurídica a homens e mulheres.

“Não consta nada sobre assédio moral e sexual no trabalho, embora isso fosse uma pauta lá atrás”, afirmou. Da mesma forma, a educação sobre a igualdade entre homens e mulheres e repúdio e ao racismo e outras formas de discriminação até hoje vem sendo combatida por setores mais conservadores da sociedade.

A desigualdade enfrentada ainda hoje pelas trabalhadoras domésticas em relação às demais categorias profissionais foi outro exemplo mencionado pela juíza. “Temos [como sociedade] uma dependência de natureza escravocrata mesmo da empregada doméstica, e achando que



Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais | 3  
ela fica feliz de cuidar da nossa vida como se ela não tivesse a vida dela, os desejos dela, os filhos dela. Coisa que outros países não têm mais e a gente precisa mudar”, afirmou.

E fez um alerta: “A garantia de emprego à gestante está numa disposição transitória [da Constituição Federal] e pode ser alterada a qualquer momento. Ninguém fala nisso, mas na verdade o perigo é constante para as trabalhadoras.”

## **As mulheres e o PJU**

A juíza também falou da importância de pensar no cotidiano do exercício funcional no Poder Judiciário as desigualdades que se refletem no trabalho. E lembrou o estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça que já demonstra maior nível de adoecimento, *stress* e sobrecarga às mulheres.

No que classifica como “(in) conciliações entre público e privado” no trabalho remoto durante a pandemia, Patrícia Maeda ressaltou a tripla jornada; a confusão entre o espaço público e o privado; o impedimento sanitário a que as donas de casa contem com a rede de apoio (escola, familiares, trabalhadoras domésticas) numa rotina de elevação das exigências de produtividade e gestão das rotinas familiares e tarefas domésticas. “Isso significa sobreposição das cargas físicas, mental e psicológica”, frisou a magistrada.

A juíza também pontuou a necessidade de regulamentar efetivamente a realização das atividades funcionais, que não pararam em nenhum momento desde março do ano passado, quando teve início o trabalho à distância, de acordo com a realidade imposta com a pandemia de forma improvisada.

E falou sobre a importância da aplicabilidade da Resolução 351/2020 do CNJ, que regulamenta a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Na opinião de Patrícia Maeda, o conceito estabelecido na Resolução pode abarcar uma série de situações que configuram assédio moral e são parte do cotidiano. “Se você fica recebendo cobranças de manhã, de tarde e de noite pelo WhatsApp, isso é abusivo”, exemplificou, fazendo o paralelo com critérios utilizado nos julgamentos das relações trabalhistas no setor privado.

A juíza considera que a Resolução 351 é também um importante suporte no enfrentamento ao assédio sexual, que deve ser utilizado para assegurar a defesa e promoção dos direitos das servidoras.



Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais | 4

Ao encerrar sua apresentação, Patrícia Maeda fez questão de frisar que “o feminismo pretende acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão. Trago isso para não pensarmos que o feminismo é contra os homens. A gente só quer paridade”, disse.

### **Formação feminista e direitos**

O Coletivo de Mulheres do Sintrajud vem realizando uma série de iniciativas de formação para debater os direitos das mulheres em geral e das trabalhadoras do Judiciário em particular. No ano passado foi realizado um ciclo de formação e neste ano, além do curso realizado no último sábado estão agendadas outras atividades (confira a agenda abaixo).

O Coletivo de Mulheres do Sintrajud foi criado em 2017 e adotou o nome Mara Helena dos Reis em homenagem à servidora da Justiça Federal em São Bernardo do Campo e ex-diretora de base vítima de feminicídio cometido pelo homem com quem vivia, na noite de Natal de 2018. Já foram realizados oito seminários de formação política feminista e diversas transmissões ao vivo sobre direitos das mulheres.

A principal campanha do Coletivo é o combate ao assédio sexual no Judiciário Federal, que tem a cartilha **‘Assédio sexual: a culpa nunca é da vítima’** ([baixe aqui o PDF](#)) como material de apoio e já fez com que o TRF-3 e o TRT-2 avançassem na constituição de comitês específicos para tratar do tema. O Sindicato defende a estruturação de uma política institucional de enfrentamento ao assédio sexual no PJU.



**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais | 5



# AGENDA GERAL

**24/04**  
sábado

Curso 'Introdução ao feminismo'

**03/05**  
segunda

Reunião de planejamento ampliada do Coletivo de Mulheres

**19/05**  
quarta

Roda de leitura 'O que é feminismo?'

**12/06**  
sábado

Curso 'Feminismo classista'

**28/06**  
segunda

Roda de conversa: 'Mulheres e diversidade'

**24/07**  
sábado

Curso 'Feminismo negro e o pensamento de Lélia Gonzalez'



@sintrajud [www.sintrajud.org.br](http://www.sintrajud.org.br)

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM





**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em seminário do Coletivo de Mulheres, juíza resgata papel do feminismo na conquista de direitos sociais | 6

The poster features the SINTRAJUD MULHERES logo at the top left. The main text reads 'Curso 'INTRODUÇÃO AO FEMINISMO'' in large, bold letters. To the right, it specifies the date and time: '24.04 (SÁBADO) 14H ÀS 17H' and 'via plataforma ZOOM'. Below the title, a photo of Patrícia Maeda is shown next to her name and title: 'Patrícia Maeda, Juíza no TRT-15/ Anamatra Mulheres'.

Inscrições para o curso 'O que é feminismo' vão até sexta-feira

The poster features the SINTRAJUD MULHERES logo at the top center. The main text reads 'SEMINÁRIOS DO COLETIVO DE MULHERES Feminismos'. Below this, it specifies the date and time: '(SÁBADO) 17.10 14H ÀS 17H'. Three speakers are listed with their photos and titles: Helena Pontes (Servidora do TRT-2, especialista em Direito Trabalho pela Faculdade de Direito da USP e militante feminista americana), Amelinha Teles (Fundadora da União de Mulheres de São Paulo e coordenadora do Curso de Promotoras Legais Populares), and Érika Andreassy (Enfermeira e pesquisadora do LAESE Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos).

Coletivo de mulheres realiza seminário 'Feminismos' neste sábado, 17: inscreva-se

Mulheres e negros são maiores vítimas da 'reforma' trabalhista